**Direito Tributário**

**Unidade 7 – O crédito tributário**

**Apresentação**

Nesta unidade, estudaremos um segmento importantíssimo do Direito Tributário: o crédito tributário. Se não houver crédito, o administrador público fica impossibilitado de, por exemplo, calcular seu orçamento para o ano seguinte e, consequentemente, providenciar e planejar os investimentos e pagamentos necessários a diversas áreas, como educação, saúde e segurança pública.

Dessa maneira, podemos pensar no crédito tributário como um direito que a administração pública, por meio das secretarias da Fazenda, tem de receber créditos do contribuinte. Isso ocorre após o chamado lançamento, quando há uma certeza, por escrito, de que determinado débito é existente, real, e precisa ser quitado.

Mas qual é a relevância do crédito tributário? A resposta é simples: ele é primordial porque provém mais recursos para o governo, de modo que a administração pública possa trabalhar na consecução de suas obrigações.

**Objetivo da unidade**

Compreender os conceitos e os principais fundamentos aplicáveis ao crédito tributário em sua generalidade, desde a formalização até a extinção.

**Objetivo de aprendizagem**

Entender os conceitos aplicáveis à formação do crédito tributário.

# 7.1 Formalização do crédito tributário

Ao estudarmos o crédito tributário, é importante compreendermos o fato de a Constituição Federal conceder aos entes federativos a permissão de instituírem seus tributos. Cada ente federal (municípios, Distrito Federal, estados e União) tem suas próprias atribuições e competências para gerar e cobrar tributos.

A competência tributária só pode ser exercida por meio de lei (lei ordinária, lei complementar ou medida provisória) (DUARTE, 2015).

A lei estabelece as hipóteses de incidência tributária e toda regra-matriz de incidência tributária. O que isso quer dizer? Isso significa, de forma bem simples, que, para qualquer cobrança de tributo, precisamos de uma lei que estipule as formas de cobrança e os atos a partir dos quais nasce o fato gerador, permitindo ao Estado proceder à cobrança (CAPARROZ, 2019).

Sendo assim, quando alguém pratica a ação verbal contida no critério material do antecedente da regra-matriz (auferiu renda, prestou serviço, importou mercadoria etc.), ou seja, quando realiza no mundo concreto a situação descrita hipoteticamente na lei, ocorre o fato gerador, que faz nascer a obrigação tributária respectiva e, por conseguinte, nasce o direito do Estado ao tributo.

Contudo, muito embora tenha ocorrido o fato gerador (e por isso tenha nascido para o sujeito passivo a obrigação tributária – e para o Estado o direito ao tributo) esse tributo ainda não poderá ser exigido, mesmo porque o Estado não sabe (necessariamente não sabe) quem praticou o fato gerador, em que circunstâncias tal fato gerador foi praticado, qual a dimensão econômica do fato gerador praticado e que lei aplicar ao caso.

Diante disso, o que pode ser feito pelo Estado? O Estado precisa exercer uma atividade, aquela atividade administrativa plenamente vinculada a que se refere o artigo 3º do Código Tributário Nacional ao conceituar o tributo: “Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966).

Essa atividade é chamada de lançamento tributário, constitutiva do crédito tributário, como prescreve o art. 142 do CTN:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. (BRASIL, 1966)

O crédito tributário é o direito subjetivo do Estado ao tributo, ou, em outro sentido, o valor que expressa esse direito.

A obrigação tributária principal é uma relação jurídica que liga o devedor (contribuinte ou responsável) ao credor (Estado). O devedor deve satisfazer a obrigação por meio da entrega de um objeto (o pagamento do tributo ou uma penalidade pecuniária) ao credor e, por isso, o crédito tributário é o direito subjetivo que tem a Fazenda Pública de exigir do sujeito passivo o pagamento do tributo. Seguindo-se esse pensamento, o crédito tributário nasce concomitantemente com a obrigação tributária.

Figura 7.1 – A constituição do crédito tributário

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O crédito tributário poderá ser nulo – por exemplo quando o lançamento for efetuado por pessoa sem competência legal –, mas nem por isso a obrigação também o será. Ou seja, a obrigação poderá ser lançada novamente pelo auditor fiscal competente.

O crédito, que é a formalização da obrigação tributária, depende da existência válida da obrigação. Entretanto, esta pode existir independentemente de sua formalização, do crédito. E é somente nesses termos que se pode admitir a segregação entre obrigação e crédito tributário.

As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos – ou as garantias e os privilégios a ele atribuídos ou que excluem sua exigibilidade – não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Simplificando, veja um exemplo: se o crédito tributário correspondente à obrigação tributária tiver como objeto o Imposto de Renda de certa pessoa física, se ele for constituído em nome da pessoa jurídica, o lançamento será nulo. Contudo, a obrigação tributária não é nula, pois se manterá intacta e poderá ser corrigida. Nesse caso, deve ser alterada a formalização do crédito, de modo que ele seja feito em nome do verdadeiro sujeito passivo, que seria, no nosso exemplo hipotético, a empresa e não a pessoa física (VARGAS; MOUSSALLEN, 2016).

Da mesma maneira, a extensão do crédito tributário – subjetiva ou valorativamente – e os efeitos do crédito até podem ser alterados, mas disso não resultará alteração dos efeitos ou da extensão da obrigação tributária correspondente. Sendo assim, se a obrigação tributária se refere a dois sujeitos passivos, mas o crédito foi constituído em relação a apenas um deles, o outro poderá estender o crédito ao primeiro sujeito passivo, contra quem não fora efetuado lançamento.

Nessa linha, se forem dadas certas garantias ao crédito tributário, como certos bens assecuratórios, e tais garantias vierem a desaparecer, disso não resultará o desaparecimento da obrigação tributária correspondente.

Como vimos, o crédito tributário nasce de uma obrigação legal e, como veremos no tópico a seguir, o fim da formalização do crédito tributário se dá por meio de seu lançamento.

Ou seja, com o lançamento, formaliza-se o crédito, que agora é:

Figura 7.2 – O crédito a partir de sua formalização

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Do nascimento da obrigação tributária à exequibilidade do crédito tributário, é possível identificar três fases bem marcadas na trilha de formalização do direito ao tributo: a ocorrência do fato gerador, a formalização do crédito e a criação do crédito em dívida ativa, como bem explicado no Quadro 7.1 a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ocorrência do fato gerador | Formalização = lançamento do crédito | Inscrição em dívida ativa |
| Correspondente à fase da existência da obrigação tributária.  O crédito existe, é ilíquido.  Necessita de formalização para ser exigível. | Corresponde exatamente à formalização do crédito. Acontece mediante o lançamento, a partir do qual, por ser líquido e certo, torna-se exigível. | Acrescenta a exequibilidade à liquidez e à exigibilidade.  Nasce da ação de execução fiscal. |

Quadro 7.1 – A formalização do crédito tributário

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

# 7.2 Lançamento do crédito tributário

Após a ocorrência do fato gerador, nasce a obrigação tributária. Para relembrarmos rapidamente, o fato gerador é o episódio em si (no mundo real) que traz a exigência do respectivo ônus para o contribuinte. Dessa forma, pela ocorrência do fato gerador, cumpre atribuir à obrigação tributária todas as condições para que ela seja satisfeita.

De forma didática, podemos conceituar o lançamento como sendo a atividade privativa da autoridade administrativa, vinculada e obrigatória. Privativa porque somente o Estado pode efetivar; vinculada porque deve estar atrelada a uma obrigação; obrigatória porque o fisco é obrigado a realizar essa cobrança sob pena de crime de responsabilidade (MACHADO, 2012). Se o auditor fiscal não efetivar o recolhimento, pode responder pelo crime de responsabilidade funcional, sofrer processo disciplinar administrativo e até mesmo perder o cargo ou deixar a função.

Simplificando, o lançamento formaliza a obrigação tributária. Ele estabelece a que fato gerador ela se refere, quem é o sujeito passivo (identificando-o e individualizando-o com precisão) e qual a matéria tributável (a renda, o patrimônio, determinando produto; os períodos; quais as circunstâncias); calcula o montante de tributo devido, segundo a lei de regência, e, se for o caso, propõe à autoridade competente a penalidade aplicável à espécie (DUARTE, 2015).

Vejamos agora algumas características específicas do lançamento do crédito tributário.

## 7.2.1 Características do lançamento do crédito tributário

Conforme já estudamos, a atividade administrativa de lançamento é privativa da autoridade administrativa e vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**OBJETO DE APRENDIZAGEM SANFONA**

**Características do lançamento tributário**

**É exclusivo à autoridade administrativa**

Apenas o auditor fiscal (ou autoridade competente por lei) tem a competência de fazer o lançamento tributário.

**Tem previsão de responsabilidade funcional do cargo**

Caso o lançamento seja feito em desacordo com a lei, haverá penalidades.

**Mas o contribuinte pode fazer o lançamento?**

O contribuinte pode fazê-lo, na modalidade de lançamento por homologação, porém, só terá validade após a alçada privativa da autoridade administrativa.

Quem pode realizar o lançamento é a autoridade administrativa indicada na lei. No âmbito da União, por exemplo, essa tarefa é da competência do auditor fiscal da Receita Federal do Brasil. Somente esse profissional tem a liberdade, privativa, de lançar o tributo.

Contudo, o contribuinte particular pode preencher certos documentos, determinadas declarações; pode até mesmo calcular o tributo, efetuar o seu pagamento antecipadamente etc. (HARADA, 2018).

## 7.2.2 Natureza jurídica

A questão lançada pela doutrina buscava saber se o lançamento tinha natureza de ato declaratório ou se de ato constitutivo. Se identificada a natureza do lançamento como ato declaratório, seus efeitos são reportados à data do fato gerador, uma vez que o lançamento está apenas declarando a existência da relação jurídico-tributária que antes nascera com a ocorrência do fato gerador respectivo; ao contrário, caso reconhecida a natureza constitutiva, os seus efeitos correriam do lançamento em diante (VARGAS; MOUSSALLEN, 2016).

Sendo assim, pode-se dizer que três teorias dividem as discussões. Em primeiro lugar, a teoria amparada no art. 142 do CTN entende que o lançamento constitui a obrigação e o crédito tributário. Com o fato gerador, o Estado teria apenas interesse, e não direito ao crédito, que só surgiria com o lançamento. A segunda tese defende a natureza declaratória do crédito tributário. A obrigação e o crédito surgiriam em um mesmo momento, isto é, quando da ocorrência do fato gerador. Daí que o lançamento reporta à data da ocorrência do fato gerador. Essa corrente é a majoritária. A terceira opinião, denominada mista, adotada pelo Supremo Tribunal de Justiça, alega que o lançamento declara a existência da obrigação tributária e constitui o crédito tributário; também ratifica o entendimento de que obrigação e créditos são entidades diferentes, posto nascerem em momentos distintos (SABBAG, 2014).

De qualquer forma, o lançamento não inova o conteúdo da obrigação tributária: sua natureza, o montante do crédito, a sua origem, o sujeito ativo, o sujeito passivo, a forma de cálculo do tributo, tudo está ligado, essencialmente, ao direito pertinente à época do fato gerador.

## 7.2.3 Modalidades de lançamento tributário

Vimos que o lançamento é uma atividade privativa da autoridade administrativa. Contudo, em alguns casos, o sujeito passivo da obrigação é chamado a colaborar com o fisco no procedimento que antecede o ato de lançamento. Em função do grau de participação do sujeito passivo naquela atividade, o lançamento é classificado pelo CTN em três categorias: o lançamento direto, também chamado lançamento de ofício; o lançamento por declaração, conhecido como lançamento misto; e o lançamento por homologação, também denominado de autolançamento (DUARTE, 2015). Essa classificação é de utilidade prática, uma vez que se revela muito importante na medida em que o tipo de lançamento influenciará na contagem do prazo decadencial.

O tipo de lançamento para cada tributo é escolha do legislador e, por isso, carece de pesquisa de sua legislação específica.

## 7.2.4 Lançamento de ofício (direto)

Nesta primeira modalidade de lançamento, o direto ou de ofício, o Estado está sozinho na atividade de proceder ao lançamento. O fisco recolhe todas as informações, processa e efetua o lançamento tributário.

O lançamento é efetuado e revisto **de ofício** pela autoridade administrativa nos seguintes casos: quando a lei determinar; se a declaração não for prestada no prazo e da forma correta; caso a pessoa legalmente declarante deixe de atender a pedido de esclarecimentos da autoridade administrativa ou se recuse a prestá-lo; caso se comprove falsidade, erro, omissão ou inexatidão; se houver dolo, fraude ou simulação; se houver algum fato não conhecido ou não provado no lançamento anterior; se ocorrer fraude, falta funcional ou omissão da autoridade no lançamento anterior (BRASIL, 1966).

## 7.2.5 Lançamento por declaração (misto)

No lançamento por declaração, o fisco conta com a colaboração do sujeito passivo ou de um terceiro (por isso, lançamento misto), visto que os cidadãos devem, por força de lei, prestar certas informações à autoridade administrativa para que esta proceda ao lançamento.

A partir dos dados fornecidos, será efetuado o lançamento e cientificado o sujeito passivo para que tome uma das seguintes providências: suspenda a exigibilidade do crédito constituído ou quite o valor do tributo.

É importante ressaltar que não é a entrega de uma determinada declaração que caracteriza esse tipo de lançamento. Sempre que o contribuinte, entregando ou não uma declaração ao fisco, antecipar o recolhimento do tributo, terá sua ação caracterizada como lançamento por homologação.

Como exemplo, vejamos o caso do Imposto sobre Propriedade Rural (ITR): até 1996, ele era lançado por declaração e depois passou a ser homologado. Neste caso, o contribuinte não somente informa matéria fática (hectares cultivados, pastagens, áreas cultiváveis e áreas imprestáveis, anexações de áreas, benfeitorias, grau de utilização da terra etc.), mas também insere a matéria fática nos específicos regimes jurídicos de tributação (imunidades, isenções) para, ao final, apurar o ITR devido e recolhê-lo antecipadamente (DUARTE, 2015).

## 7.2.6 Lançamento por homologação

No lançamento por homologação, também denominado autolançamento, cabe ao sujeito passivo, por força de lei, efetuar todas as operações de quantificação do tributo e antecipar o seu recolhimento, independentemente de ter recebido qualquer notificação ou de ter prestado alguma declaração ao fisco. O lançamento ocorre quando houver a homologação pela autoridade administrativa ao ter conhecimento do pagamento antecipado.

Essa modalidade de lançamento tem quatro fases: ocorrência do fato gerador; declaração; pagamento antecipado; homologação (expressa ou tácita).

Para caracterizar o lançamento por homologação, mesmo naqueles casos que a legislação impõe a entrega de certas declarações, o que importa é a antecipação do pagamento. Aliás, se não houver pagamento antecipado, não há lançamento por homologação, porque não se tem o que homologar.

Veja, na Tabela 7.1, os tributos de acordo com o método de lançamento:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| De ofício ou direto | Por declaração (ou misto) | Por homologação |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), contribuições de melhoria e a maioria das taxas | Imposto de Renda e Imposto de Importação (II). | A maioria dos tributos: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). |

Tabela 7.1 – Alguns tributos brasileiros e seus métodos de lançamento

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

## 7.2.7 Suspensão do crédito tributário

Vimos que, se não houver causa de exclusão do crédito tributário (isenção, anistia), este deverá ser constituído pelo lançamento. Após a constituição do crédito, o sujeito passivo poderá ficar inerte, suspender a exigibilidade do tributo ou extingui-lo.

A suspensão da exigibilidade do crédito tributário significa que, enquanto perdurar a causa suspensiva, fica paralisada a eficácia do lançamento, não podendo o credor do tributo cobrá-lo, já que dele foram retiradas a certeza ou a liquidez.

Durante o período que perdurar a causa suspensiva, fica também suspenso o prazo de prescrição. Não fosse assim, as impugnações, os recursos e demais causas suspensivas em favor do sujeito passivo ganhariam um sentido meramente protelatório, em vistas da futura prescrição do direito de cobrar o tributo.

É importante considerar que há consequências decorrentes da suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A primeira é o fato de que isso impede a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, o que, por sua vez, impossibilita o ajuizamento da ação de execução fiscal. O segundo efeito é o fato de, uma vez que a Fazenda Pública esteja impossibilitada de efetuar a cobrança por força da suspensão da exigibilidade do crédito, enquanto perdurar a causa suspensiva não flui o prazo de prescrição, que igualmente fica suspenso. A terceira decorrência é a possibilidade de o contribuinte obter certidão positiva com efeitos de negativa.

O fisco precisa efetuar o lançamento para prevenir a decadência: apenas obsta-se a cobrança do crédito pela suspensão, mas na decadência deixaria de existir o direito de cobrar.

O Código Tributário Nacional, especificamente no art. 151, apresenta as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário: moratória; depósito integral do montante devido; reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; concessão de medida liminar em mandado de segurança; concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e o parcelamento (BRASIL, 1966).

Vejamos algumas dessas formas de suspensão mais importantes.

### 7.2.8 Moratória

Com a moratória, o credor pode alargar o prazo para que o devedor cumpra com a sua obrigação. Essa dilatação do prazo de uma dívida vencida ou vincenda, que toma outro prazo de vencimento, é chamada de moratória.

Esse benefício sempre dependerá de lei e poderá ser concedido em caráter geral pela pessoa jurídica de direito público que detenha a competência de instituir tributos (moratória autônoma) ou pela União, quanto a tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, desde que, neste caso, a União simultaneamente também conceda moratória para os tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.

A moratória, muito embora submetida ao crivo da lei, não requer, como ocorre na isenção, na anistia, na remissão e no subsídio, redução de base de cálculo e concessão de crédito presumido, lei específica da entidade competente para a criação do tributo, já que a União poderá conceder moratória relativamente a tributos da competência das outras entidades da federação, obedecidos os requisitos elencados nas leis do país.

A moratória também poderá ser concedida em caráter individual, quando deve ser reconhecida por meio de despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei e concedida pela União para tributos que não sejam de sua competência.

Quer seja concedida em caráter geral ou autorizada a concessão em caráter individual, a lei deverá especificar o prazo de duração, as condições da concessão, os tributos a que se aplica, o número de prestações e seus respectivos vencimentos, além das garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

Se a lei não dispuser de forma contrária, ou seja, se não ditar que a moratória se aplica a todas as obrigações tributárias, ela só abrangerá os créditos tributários definitivamente já constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder (créditos já constituídos pelo lançamento), ou cujo lançamento tenha iniciado naquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo. De toda forma, a moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros.

Conforme os ditames do CTN, a concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido. Ela pode ser revogada de ofício, se o beneficiado não satisfizer ou deixar de satisfazer as condições, se não cumprir ou deixar de cumprir os requisitos para a concessão, caso em que o crédito será cobrado acrescido de juros de mora.

### 7.2.9 Parcelamento

O parcelamento está previsto no art. 155-A do Código Tributário nacional. De acordo com a legislação, o parcelamento deve ser concedido na forma e a partir de condições estabelecidas em lei específica, o que não exclui a incidência de juros e multas.

### 7.2.10 Depósito do montante integral

Depois de constituído o crédito tributário, o sujeito passivo pode desejar efetuar, administrativa ou judicialmente, o depósito do crédito para livrar-se dos efeitos da mora (juros de mora) e da correção monetária.

Surge aqui uma causa autônoma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não dependendo, portanto, de uma discussão administrativa, da concessão de uma liminar em mandado de segurança, de uma liminar na ação cautelar ou, ainda, de antecipação de tutela.

A diferença entre depositar o montante integral e pagar é o fato de que, por meio do pagamento, o crédito tributário e a consignação em pagamento são extintos, porque o consignante quer extinguir o crédito, enquanto no depósito ele só quer discuti-lo.

Agora, clique nos círculos para ver uma síntese das principais modalidades de suspensão do crédito tributário.

**OBJETO DE APRENDIZAGEM CÍRCULO**

**Modalidades de suspensão do crédito tributário**



**Moratória**:postergação do prazo para pagamento do tributo.



**Depósito do montante integral**: interrupção dos atos de cobrança do tributo.



**Reclamações e recursos administrativos**:não permitem formação definitiva do crédito tributário.



**Concessão de medida liminar em mandado de segurança**: impede o fisco de ajuizar a execução.



**Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada**: permite que o sujeito passivo se livre de arcar com o ônus tributário antes que seja apreciado o mérito e a sentença tenha transitado em julgado.



**Parcelamento**:aplica-se subsidiariamente as regras da moratória.

# 7.3 Extinção e exclusão do crédito tributário

## 7.3.1 Causas de extinção do crédito tributário

Especificamente no art. 156 do Código Tributário Nacional, estão elencadas as diversas previsões para a extinção do crédito tributário. A primeira e a mais simples é o pagamento: uma vez pago, o crédito extingue-se. Mas existem outras possibilidades de extinção. Vamos conhecê-las?

Conforme determina o art. 156 do CTN, são causas de extinção, além do pagamento:

* compensação;
* transação;
* remissão;
* prescrição;
* decadência;
* conversão de depósito em renda;
* pagamento antecipado e homologação do lançamento;
* consignação em pagamento;
* decisão administrativa irreformável;
* decisão judicial passada em julgado;
* dação em pagamento em bens imóveis.

### 7.3.2 Pagamento

Entre as modalidades de extinção do crédito tributário, o pagamento é a forma mais usual de dispensa das obrigações.

No Direito Tributário, o pagamento de um crédito não importa em presunção do pagamento de todas as quantias devidas. Por exemplo, mesmo pagando a última parcela de um valor devido, isso não significa que as demais estejam quitadas (HABLE, 2014).

Dessa forma, se o contribuinte dividiu seu Imposto de Renda em oito quotas e tem a comprovação da quitação da última parcela, não cabe presumir que as quotas anteriores estejam pagas, o que ocorreria se as parcelas se referissem à compra de uma geladeira em oito prestações.

Ou ainda, se pagou o Imposto Territorial Rural do exercício 2019, não cabe considerar que tenha quitado o do ano de 2018. Por essa razão, o contribuinte deve zelar pelo comprovante do pagamento do tributo e de suas respectivas parcelas, se for o caso, ao menos até que ocorra o prazo prescricional.

**INÍCIO DO CURIOSIDADE**

No âmbito do Direito Tributário, o pagamento contém regras que o distancia do pagamento no Direito Civil ou Empresarial. As especificidades mais contundentes são: a imposição de uma penalidade não refuta o pagamento integral do crédito tributário; se à obrigação tributária principal agrega-se uma penalidade, o pagamento desta não dispensa o pagamento integral do crédito, mesmo que o valor da pena seja superior ao do tributo devido.

**FIM DO CURIOSIDADE**

A respeito dessa modalidade de extinção, importa elencarmos alguns detalhes, como o local e o momento do pagamento, assim como o pagamento indevido. Veja a Figura 7.3 a seguir:

Figura 7.3 – As modalidades de extinção

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

### 7.3.3 Compensação

A lei pode, com o amparo de certas condições e garantias (estipuladas também em cada caso pela autoridade administrativa competente), autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

A legislação pode, portanto, delinear o modo como a compensação deve acontecer. Pode, ainda, atribuir à autoridade administrativa o poder de, observados certos requisitos, definir, em cada caso, as exigências necessárias à compensação.

Seguindo os princípios constitucionais da moralidade pública e da impessoalidade, a autoridade administrativa que tenha recebido tais poderes deve pautar-se pelo estabelecimento de critérios gerais e impessoais, de modo que todas as pessoas que se enquadrem nas situações previstas possam utilizar-se do instituto da compensação (HABLE, 2014).

### 7.3.4 Transação

Transigir é acordar, pactuar. A transação é, então, o acordo sobre certo objeto entre as partes ou os interessados que estão em litígio – judicial ou extrajudicial – e resolvem pôr termo à querela mediante concessões mútuas. Cabe salientar que ela não é comum no Direito Tributário.

Por ser indisponível o direito ao tributo, se facultada a transação, esta só poderá ser feita por meio de lei, a qual deverá estabelecer as condições que os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária respectiva irão celebrar. A lei também deve indicar a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso (MAZZA, 2018).

### 7.3.5 Remissão

A remissão significa perdoar, absolver, renunciar ou desistir. Importa no perdão que o credor concede ao devedor da obrigação. Não se confunde com remição, a qual consiste no resgate da dívida que um terceiro faz em nome de outrem, derivada do verbo remir e não do verbo remitir.

Somente possível se autorizada por lei, a remissão poderá ser concedida em relação à totalidade do crédito (remissão do total) ou apenas a parte dele (remissão parcial) e será concedida pela autoridade administrativa que recebeu autorização para tal, mediante despacho fundamentado.

### 7.3.6 Decadência e prescrição

A decadência é a perda do direito ao tributo, dado que não foi lançado no prazo de cinco anos. Prevista no art. 173 do CTN, faz com que a Fazenda Pública perca o direito de constituir o crédito tributário com o lançamento.

A prescrição extingue o direito de o credor, a Fazenda Pública, ajuizar a competente ação de cobrança de crédito tributário pelo prazo de cinco anos.

### 7.3.7 Demais modalidades de extinção do crédito tributário

As demais modalidades de extinção serão exemplificadas em conjunto para facilitar nosso estudo. São elas:

* conversão de depósito em renda;
* pagamento antecipado e homologação do lançamento;
* decisão administrativa irreformável;
* decisão judicial passada em julgado; e
* dação em pagamento em bens imóveis (HABLE, 2014).

Na **conversão de depósito em renda**, após constituir o crédito tributário, para evitar a fluência de juros ou correção monetária, efetua-se um depósito e se discute a ação fiscal correspondente.

O **pagamento antecipado**,com a consequente **homologação do lançamento**, efetua todas as operações de quantificação do tributo e antecipa o seu recolhimento, independentemente de qualquer notificação ou de qualquer declaração ao fisco.

Na **decisão administrativa irreformável**, o sujeito passivo tem o direito de contestar o lançamento. Enquanto não houver uma decisão irreformável (enquanto não caiba recurso), a exigibilidade do crédito estará suspensa.

Com a **decisão judicial passada em julgado**, a decisão administrativa nunca transita em julgado. Com o trânsito em julgado, a decisão ganha os atributos de “definitividade”, de imutabilidade. A decisão judicial transitada em julgado, favorável ao sujeito passivo, extingue o crédito tributário.

Quando há **dação em pagamento em bens imóveis**, são aceitos bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei, para a extinção do crédito tributário.

**OBJETO DE APRENDIZAGEM SANFONA**

**Síntese das formas de extinção do crédito tributário**

**Pagamento**

Pagar o valor devido ao sujeito ativo da obrigação tributária, ou seja, ao Estado.

**Compensação**

Sendo credoras e devedoras umas das outras ao mesmo tempo, as pessoas podem extinguir suas obrigações pelo encontro de contas.

**Transação**

Concessão recíproca do sujeito ativo com o passivo.

**Remissão**

Perdão total ou parcial do principal vencido.

**Prescrição**

Perda do direito de exigir o pagamento da dívida, o que acontece após cinco anos.

**Decadência**

Acontece também após cinco anos, quando a Fazenda Pública perde o direito de cobrar.

**Conversão do depósito em renda**

Ao perder a ação judicial, o valor do depósito é convertido em favor do credor.

**Pagamento antecipado**

Homologação expressa ou tácita do pagamento antes da data de vencimento.

**Consignação em pagamento**

A pessoa (contribuinte) quer pagar, mas não consegue.

**Decisão administrativa irreformável**

Processo administrativo fiscal.

**Decisão judicial transitada em julgado**

Reconhecimento pelo Judiciário.

**Dação em pagamento de bens imóveis**

Oferecimento espontâneo bens imóveis para liquidar os créditos tributários.

## 7.3.8 Exclusão do crédito tributário

A exclusão do crédito tributário acontece quando alguma situação impede o lançamento desse crédito. Isso porque, após a ocorrência do fato gerador, a autoridade administrativa tem a obrigação de efetuar o lançamento para a constituição do crédito. Contudo, existem a exclusão e a anistia, previsões legais que impedem a constituição do lançamento e, por isso, são formas de exclusão do crédito (HARADA, 2018).

Muito embora o CTN tenha arrolado a decadência como modalidade de extinção do crédito, o fato é que ela configura hipótese de exclusão do crédito, vez que se trata de fato jurídico obstativo do lançamento (CAPARROZ, 2019).

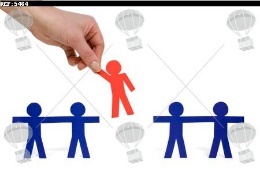
As hipóteses de exclusão do crédito afetam somente a obrigação tributária principal, e nunca a obrigação tributária acessória. A extinção do crédito tributário acontece quando qualquer ato jurídico faz com que a obrigação tributária não mais seja exigida (HABLE, 2014).

As modalidades de exclusão são a isenção e a anistia. A primeira, simplificadamente, é a dispensa legal do pagamento do tributo devido. Um exemplo importante é o Imposto de Renda, de isenção para algumas pessoas que recebem até determinada faixa salarial. A anistia, por sua vez, faz referência às infrações para as quais a lei fixou penalidades. Na anistia, o legislador, por lei, releva a infração, desconsiderando a consequência jurídica a ela atribuída e, por decorrência, fica o sujeito passivo (infrator) desobrigado da pena correspondente.

A anistia, como as isenções, está sob a reserva absoluta de lei específica da entidade competente para a criação do tributo.

**OBJETO DE APRENDIZAGEM ABA**

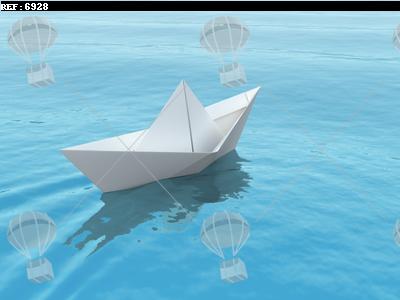
**A exclusão do crédito tributário, a anistia e as formas de isenção**



**Exclusão do crédito tributário**:previsão no art. 175 do CTN.



**Isenção**: dispensa do pagamento do tributo devido.



**Isenção pura (simples)**: a lei não impõe nenhuma condição para aproveitar o benefício fiscal.



**Isenção onerosa**: é condicionada e contratual; a lei condiciona a concessão ao cumprimento das condições.



**Isenção instantânea, a prazo certo e a prazo indeterminado**: é a dispensa do pagamento de um tributo após algum tempo.



**Isenções ampla ou restrita**: a ampla é alcança a todos; a restrita é limitada à região da entidade tributante.



**Isenções geral e especial**: a geral é concedida de forma indiscriminada a determinada categoria de contribuintes; a especial recai sobre o contribuinte individual.



**Isenções objetiva e subjetiva**: a objetiva é estipulada por lei; a subjetiva, em função do contribuinte singular.



**Anistia**: perdão da dívida.

# Síntese

Nesta unidade, vimos que a constituição do crédito tributário se dá pelo efetivo lançamento do crédito, que permite ao fisco, por meio do auditor fiscal, receber o dinheiro do contribuinte (os ganhos entram para o tesouro), que passa para o poder da administração pública.

Estudamos, ainda, que o lançamento do crédito é feito de ofício, por declaração e por homologação.

Também foi motivo de análise a suspensão do crédito tributário, amparada por lei, a qual faz com que haja a paralisação da exigência do crédito.

Exploramos, no decorrer da unidade, as previsões para a exclusão de um crédito tributário, sendo a mais comum delas o simples pagamento da carga tributária. Foi uma unidade de muito aprendizado.

**INÍCIO DO SAIBA MAIS**

Que tal estudar um pouco mais esses temas? Amplie seu conhecimento com a leitura do artigo *Dação em pagamento como forma de extinção do crédito tributário*, de Thaise Aparecida Suzuki Sous. Acesse e aproveite: [http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/](http://www.cpgls.pucgoias.edu.br/7mostra/Artigos/SOCIAIS%20APLICADAS/DA%C3%87%C3%83O%20EM%20PAGAMENTO%20COMO%20FORMA%20DE%20EXTIN%C3%87%C3%83O%20DO%20CR%C3%89DITO.pdf).

**FIM DO SAIBA MAIS**

# Referências

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**.Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios.Brasília, DF: Presidência da República, [2007].Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 9 nov. 2019.

CAPARROZ, R. **Direito Tributário esquematizado**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

DUARTE, F. L. **Direito Tributário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

HABLE, J. **A extinção do crédito tributário por decurso de prazo**. 4. ed. São Paulo: Método, 2014.

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, H. de B. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2012.

MAZZA, A. **Manual de Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VARGAS, L. C. A. M. de V.; MOUSSALLEN, T. M. **Crédito tributário**: causas de suspensão da exigibilidade. São Paulo: Juruá, 2016.